

A favor do subsídio ao trigo

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Ministro do Planejamento está convencido de que a retirada imediata do subsídio concedido pelo Governo à comercialização interna do trigo vai elevar o déficit do setor público, ao invés de reduzi-lo, como prevê a receita do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os principais assessores do Ministro Delfim Netto defendem esta tese e acreditam firmemente que “o tiro pode sair pela culatra”.

O raciocínio predominante no Ministério do Planejamento é de que a retirada do subsídio concedido ao trigo (mesmo que fique nos Cr\$ 202 bilhões previstos inicialmente no orçamento monetário), vai provocar uma elevação da inflação. Como a taxa de câmbio e a correção monetária estão vinculadas, desde o início de março deste ano, ao IGP (Índice Geral de Preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas), a retirada do subsídio ao trigo

vai implicar em uma taxa maior de câmbio e numa correção monetária maior.

Com a taxa de câmbio e uma correção monetária mais elevada, o estoque da dívida externa das empresas estatais e o estoque da dívida interna pública (ORTNs com cláusulas cambial e de correção monetária) serão aumentados. Desta forma, o déficit público, ao invés de ser reduzido com a retirada do subsídio ao trigo, termina aumentando, pois tanto a dívida das estatais como a dívida interna pública entram no cálculo desse déficit.

O que os estudos do Ministério do Planejamento mostraram é que uma retirada do subsídio ao trigo, no montante equivalente a Cr\$ 202 bilhões vai gerar uma elevação do IGP em torno de 5 por cento. Este percentual incidente sobre a dívida das estatais e sobre a dívida interna pública provocará uma elevação do déficit superior em quase 5 vezes aos Cr\$ 202 bilhões do subsídio ao trigo.

CONTRÁRIO

A posição do Ministério do Planejamento não está obtendo a unanimidade dentro do Governo. Segundo fontes credenciadas, o Banco Central defende a tese de que é perfeitamente factível retirar o subsídio concedido ao trigo, porque o efeito inflacionário imediato será compensado posteriormente por uma queda da taxa de inflação. O Banco Central defenderia, segundo essas fontes, o cumprimento integral da carta de intenções firmada com o FMI, que prevê a retirada de 40 por cento do subsídio ao trigo este ano. Em dezembro de 1982, o subsídio concedido ao trigo atingiu o montante de US\$ 1,5 bilhão.

O Ministério do Planejamento defende a tese de que a retirada dos subsídios do trigo poderá ser adiada para um momento mais oportuno, com o Governo concentrando agora todos os esforços na redução das despesas das empresas estatais.